



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

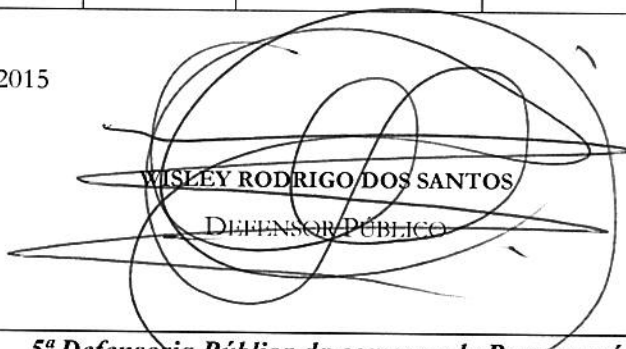
EDITAL Nº. 020/2015

O DEFENSOR PÚBLICO TITULAR DA 5ª. DEFENSORIA PÚBLICA DA COMARCA DE PARANAGUÁ, no exercício de suas atribuições legais, vem apresentar o resultado preliminar das provas objetiva e dissertativas do processo seletivo de estagiários de Direito.

1. Das notas de cada fase cabe recurso, protocolado na sede da Defensoria Pública da Comarca de Paranaguá – Paraná, no dia 23 de novembro de 2015, no período compreendido entre 12h00 e 17h00, a ser decidido, no mesmo dia, pelo Defensor Público designado Dr. Juliano Marold.
2. Todos os candidatos poderão obter vista e cópia de sua prova no dia 23 de novembro de 2015, no período compreendido entre 12h00 e 17h00, na sede da Defensoria Pública.
3. Os candidatos habilitados para a 3ª fase deverão comparecer à sede da Defensoria Pública em Paranaguá, no dia 24/11/2015, no horário estabelecido para cada candidato conforme tabela abaixo, munidos de documento pessoal e currículo.

NOME	PROVA OBJETIVA	PROVA DISCURSIVA	CLASSIFICAÇÃO	PROVA ORAL e ENTREVISTA
NÁTHALY S. SOARES	8,0	8,0	01	16HS
MATHEUS M. C. SOARES	6,5	9,0	02	16H30MIN
GLPORIA M. P. FUNES	6,0	9,0	03	17HS
HAMILTON R.S. JUNIOR	6,5	7,0	04	17H30MIN
ANA PAULA O. CORREA	5,0	NÃO CLASSIFICADA		
LYGIA L. FIGUEIREDO	5,0	NÃO CLASSIFICADA		
MUNIR A. ZAHRA	4,0	NÃO CLASSIFICADO		
GABRIELLE P. NEVES	4,0	NÃO CLASSIFICADA		

Paranaguá, 20.11.2015


WISLEY RODRIGO DOS SANTOS
DEFENSOR PÚBLICO

5ª Defensoria Pública da comarca de Paranaguá

**PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO DE ESTAGIÁRIO NA 5ª DEFENSORIA PÚBLICA DA
COMARCA DE PARANAGUÁ**

NOME: _____

INSTRUÇÕES

1. A duração das provas objetiva e discursiva será de **03 horas**.
2. Logo no início das provas, verifique se seu caderno de provas contém 20(vinte) questões objetivas. Em caso negativo, informe imediatamente ao fiscal de sala. Reclamações posteriores não serão aceitas.
3. Ao receber as provas objetiva e discursiva, deverá o candidato preencher nos campos adequados, seu nome e número de inscrição, evitando rasuras.
4. Não serão permitidas consultas à legislação ou a qualquer outro material de apoio.
5. Tome cuidado ao preencher a folha de gabarito, pois esta é **insubstituível**.
6. A prova discursiva consistirá na elaboração de uma redação de no máximo 30 linhas.

BOA SORTE!

- c) A prescrição pode ser interrompida por qualquer interessado.
- d) Somente o juiz de ofício poderá interromper a prescrição.

6) Assinale a incorreta:

- a) A menoridade cessa aos 18 anos completos, quando a pessoa fica habilitada a prática de todos os atos da vida civil.
- b) A menoridade e incapacidade cessarão pelo casamento.
- c) A menoridade e incapacidade cessarão pelo exercício do emprego público.
- d) A menoridade e incapacidade cessarão pela colação em curso de ensino médio.

7) O Código de Processo Civil prevê algumas modalidades de intervenção de terceiros. Nesse sentido, é incorreto afirmar que:

- a) Litisconsórcio não é uma modalidade de intervenção de terceiros.
- b) Oposição é uma modalidade de intervenção de terceiros.
- c) Nomeação à autoria é uma modalidade de intervenção de terceiros.
- d) Denúnciação à lide é uma modalidade de intervenção de terceiros.

8) "Toda pessoa que se acha no exercício dos seus direitos tem capacidade para estar em juízo". Este conceito é

- a) falso, porque é preciso ser advogado ou defensor público para se ter a capacidade processual e para se estar em juízo.
- b) verdadeiro e diz respeito à capacidade postulatória, a ser exercida em regra por meio de advogados que representem a parte.
- c) verdadeiro e diz respeito à legitimação processual, conceito que se confunde com o de capacidade para estar em juízo.
- d) verdadeiro e diz respeito à capacidade processual, que não se confunde com a capacidade postulatória.

09) Assinale a alternativa incorreta:

- a) O processo civil começa por iniciativa da parte, mas se desenvolve por impulso oficial.
- b) Considera-se proposta a ação, tanto que a petição inicial seja despachada pelo juiz, ou simplesmente distribuída, onde houver mais de uma vara.
- c) Feita a citação, é defeso ao autor modificar o pedido ou a causa de pedir, sem o consentimento do réu, mantendo-se as mesmas partes, salvo as substituições permitidas por lei.
- d) A alteração do pedido ou da causa de pedir será permitida após o saneamento do processo

- a) Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal a prisão preventiva poderá ser decretada pelo juiz de ofício.
- b) A prisão preventiva só poderá ser decretada quando iniciada a ação penal.
- c) A prisão preventiva somente poderá ser decretada como garantia da ordem pública.
- d) Será admitida a prisão preventiva nos crimes dolosos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos.

15) Nos crimes de ação pública, quando a lei o exigir, esta será promovida pelo Ministério Público, mas dependerá de:

- a) representação do Ministro da Justiça, do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- b) autorização do Poder Judiciário.
- c) recebimento da denúncia pelo Juiz Criminal.
- d) requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.

16. A assistência jurídica integral e gratuita no Brasil é prestada por:

- a) Poder Executivo
- b) Advogados Populares
- c) Ordem dos Advogados do Brasil
- d) Defensoria Pública

17. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais
- b) Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias
- c) São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional;
- d) Os Defensores Públicos são submetidos à Ordem dos Advogados do Brasil

18. De acordo com a Lei Complementar 80/94 (Estatuto do Defensor Público), são prerrogativas dos membros da Defensoria Pública do Estado, dentre outras que a lei estabelecer:

- I- receber intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição, contando-se-lhe em dobro todos os prazos;
- II- comunicar-se, pessoal e reservadamente, com seus assistidos, ainda quando estes se acharem presos ou detidos, mesmo incomunicáveis, tendo livre ingresso em estabelecimentos policiais, prisionais e de internação coletiva, independentemente de prévio agendamento;



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	D	B	C	D	A	D	D	B	B	D	B	D	D	D	D	D	A	D

5ª Defensoria Pública da comarca de Paranaguá

Avenida Coronel José Lobo, nº. 321, bairro Oceania, Paranaguá-PR, CEP 83.203-340, Tel.: (41) 3422-1625 e 3425-4187